

O Portugal Democrático: uma resistência pertinaz

Douglas Mansur da Silva*

"Quando se escreve história da oposição portuguesa, interna e externa, causará espanto e admiração a extraordinária pertinácia dos seus militantes"

(Antônio Cândido)¹

O problema a que nos propomos neste texto consiste na pertinácia dos militantes anti-salazaristas exilados no Brasil e reunidos em torno do *Portugal Democrático*, periódico publicado a partir de São Paulo entre 1956 e 1975. Esta persistência, cultural e política, negociou-se frente a configurações histórico-estruturais e situacionais que produziram a diferenciação identitária, assim como um modo de atuação política, singulares a este núcleo de portugueses exilados. Embora o núcleo reunido em torno do jornal tenha variado em sua composição, permaneceu o *Portugal Democrático*, durante todo o período de sua existência, como uma resistência, marcada por uma incansável "luta activa". Uma primeira aproximação analítica sobre o jornal nos força a considerá-lo como algo mais que um periódico, mas como um movimento dos exilados anti-salazaristas no Brasil, localizando sua centralidade em São Paulo, junto ao Centro Republicano Português, mas integrando-se e dinamizando redes e circuitos de trocas internacionais, constituídos, sobretudo, a partir de 1958, quando o movimento consegue de fato se estruturar. Uma segunda aproximação nos faz deparar com um corpus documental heterogêneo e caracterizado por um constante

* Agradeço a Profa. Bela Feldman-Bianco e Profa. Miriam Moreira Leite.

¹ Trecho do discurso de Antônio Cândido "Vossa Vitória se Aproxima", durante as comemorações da Revolução Republicana em 5 de outubro de 1969. *Portugal Democrático*, novembro/1969, p.5.

fluxo dos seus integrantes, forçando-nos, para fins analíticos, a considerá-lo por fases, quais sejam: integração; novas levas; unificação das tendências; e 1964: alteração do contexto político.

Em sua configuração histórica e política, podemos caracterizá-lo como um movimento social do pós-guerra, em que emergem as bandeiras da pacificação, dos Direitos Humanos, do antifascismo e do anticolonialismo, defendidas por organismos internacionais, bem como um discurso de democratização entre as grandes potências ocidentais que, de fato, foi alvo de denúncias constantes dos anti-salazaristas, por não ser de todo coerente em sua prática. Por conseguinte, sofreu também as conseqüências da Guerra Fria e do anticomunismo. Por esses motivos, o *Portugal Democrático* foi substantivamente diferente dos movimentos de resistência no exílio surgidos anteriormente à Segunda Guerra, como é o caso dos anti-salazaristas de orientação republicana, presentes no Brasil desde 1927.

Sem abandonar alguns dos princípios da causa republicana, tal tradição política foi resignificada, em decorrência de características diferenciadas entre o republicanismo e os movimentos de contestação do regime decorrentes da Segunda Guerra. Durante todo o período da resistência no exílio o 5 de outubro, data da Revolução Republicana, foi comemorado ano após ano, como "uma jornada de esperança" na transformação de Portugal e, ao final de cada ato, enunciava-se a sentença republicana "antes quebrar do que torcer", traduzindo a incontinência de convicções.

No Brasil, as primeiras levas de exilados anti-salazaristas foram compostas, sobretudo, por liberais republicanos - reunidos, no caso de São Paulo, em torno do Centro Republicano Português (fundado em 1908) -, favoráveis ao fim do regime, mas propugnando a manutenção do status quo dos anos da República. Essa oposição caracterizava-se, também, pela predisposição a ações golpistas (putschismo), isto é, o assalto ao poder através de golpes militares, sem contar necessariamente com o apoio de setores da população (Raby, 1988). Os anos 1940 apresentam uma mudança substantiva na oposição ao salazarismo em Portugal. Com o crescimento da importância do Partido Comunista Português (PCP), seguido dos sucessivos fracassos dos golpes republicanos e o início da derrocada dos ideais fascistas na Europa, surgem movimentos sociais de oposição característicos do pós-guerra.

Os anti-salazaristas do pós-guerra (incluindo aqueles que exilaram) singularizam-se, ainda, por sua diversidade, com uma acentuada presença de militantes comunistas, mas também socialistas, anarquistas, antigos liberais republicanos, monarquistas e após as eleições portuguesas de 1958, de dissidentes que surgem do interior

do próprio regime salazarista. Também é em 1958 que o *Portugal Democrático* reabrirá o antigo Centro Republicano Português (fechado em 1944), local onde funcionará sua redação até o fim do regime salazarista.

Os anti-salazaristas que se reuniram em torno do *Portugal Democrático* marcavam-se, desde seu início, por sua diversidade política. Contavam-se entre eles republicanos como João Sarmiento Pimentel e Jaime Cortesão, socialistas como Adolfo Casais Monteiro e Maria Archer, e uma maioria de comunistas, dentre os quais destacam-se Vítor Ramos e Miguel Urbano Rodrigues, entre outros. Intelectuais, escritores, jornalistas que deram uma expressiva contribuição à "cultura brasileira" por sua atuação em universidades e nos meios artístico e literário, além de muitos operários que tornaram viável, através do trabalho voluntário e militante, a manutenção da luta anti-salazarista no exílio.

A este contexto histórico do pós-guerra somava-se a sua localização a partir da sociedade brasileira. Em um país até então democrático, onde a presença de Portugal e do português, como fluxo migratório ou como antigo colonizador, se deparava com a singularidade histórica nas relações entre os dois países, a "imagem oficial" de Portugal e do regime, amplamente difundida entre setores da colônia, teve de ser questionada. Do mesmo modo, a situação social do imigrante português no Brasil teve de ser examinada criticamente, ao contrário do discurso apologético do regime, num primeiro momento de negociação da inserção dos anti-salazaristas junto à colônia e à sociedade brasileira.

Em sua primeira fase, a de integração, o jornal procurou estabelecer uma plataforma ampla o suficiente, de modo a atrair os anti-salazaristas que se encontravam dispersos na cidade de São Paulo desde o fechamento do Centro Republicano Português em 1944². Do mesmo modo, visava atrair para si o apoio da imigração, esperando alcançar uma atuação apenas regional.

Os "exilados" anti-salazaristas, assim que chegavam ao Brasil, acentuadamente entre as décadas de 1950 e 1960 no caso do *Portugal Democrático*, deparavam-se de imediato com um discurso de propaganda "oficial" amplamente difundido entre a "colônia" portuguesa neste país. Este discurso atribuía um papel "heróico" ao emigrante português no suposto "destino migratório" de Portugal (Paulo, 1996), mas, sobretudo, operava uma justaposição entre pátria e governo - discurso que por sua

²Naquela altura encontrava-se constituída apenas uma "célula" anti-salazarista no interior do PCB. O jornal foi fundado em 1956 por iniciativa de Vítor de Almeida Ramos (que seria professor de literatura na Unesp e na USP) e Manuel Ferreira Moura (técnico-operário), ambos comunistas.

vez posicionava os opositores do regime e do governo como "antipatriotas" ou "traidores". Outros aspectos desse discurso oficial de "pátria" e "patriotismo" eram variantes dos argumentos encontrados pelo regime para a instauração de um regime autoritário: a restauração da "ordem", frente aos conturbados anos anteriores da República (1910-1926), nos aspectos econômicos e políticos. A construção de uma outra noção de "pátria" será um dos primeiros elementos de organicidade do núcleo.

Além do discurso "oficial", os anti-salazaristas defrontavam-se, ainda, com um conjunto de ações de vigilância e controle estruturado desde a década de 1930, fazendo a ligação entre a embaixada portuguesa no Rio de Janeiro e os consulados regionais, como o de São Paulo, aos órgãos "oficiais" do governo português, exercendo vigilância e controle (Paulo, 1996). Nessa rede, cabia um papel central às associações "corporativas" de imigrantes, como as Casas de Portugal e a Federação das Associações Portuguesas, através de suas lideranças "oficiais" - genericamente alcunhados de "comendadores". A denúncia da ação desses órgãos, assim como da censura, em Portugal e no Brasil (no interior da "colônia"), constituiu-se em uma outra "frente de batalha", articulando campanhas "Pró-Anistia" a presos e exilados políticos, a favor da liberdade de expressão e fim da censura.

O jornal teve circulação restrita em sua primeira fase. Apesar do fracasso inicial do *Portugal Democrático* no biênio de 1956/57, deixando de circular entre julho de 1957 e maio de 1958, é neste momento que se configura, aos poucos, uma rede de contatos e a angariação do apoio de setores expressivos da sociedade brasileira, tais como intelectuais, artistas, universidades, imprensa, meios literários e movimentos sociais e sindicais, o que permitirá a criação do Comitê dos Artistas e Intelectuais Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, direcionado a demarcar posicionamentos públicos frente aos atos de censura ou perseguições do regime.

A nota dominante dessa primeira fase foi a produção de categorias diferenciais com relação à interpretação da situação migratória do português no Brasil, demarcando-se das demais trajetórias migrantes, através de uma auto-atribuição como "emigrantes políticos" e "diáspora", em contraposição aos contingentes de "emigrantes econômicos", que caracterizariam a maior parte da "colônia". As críticas ao regime eram direcionadas, sobretudo, à difusão de sua propaganda no Brasil, seja através de uma noção de pátria e patriotismo vinculada ao apoio ao regime, seja através das manifestações públicas de apoio ao regime organizadas pelos "comendadores" - questionando a "representatividade" dessas "lideranças" mediante a "colônia" portuguesa.

Os acontecimentos decorrentes das eleições de 1958, quando foi candidato pela

oposição o General Humberto Delgado, possibilitaram uma maior divulgação da "questão portuguesa" na mídia brasileira, ao mesmo tempo em que forçou ao exílio muitos dos participantes diretos da campanha, incluindo intelectuais, artistas, jornalistas e acadêmicos, que vieram para o Brasil. Esses acontecimentos marcam uma nova fase, a que denominamos novas levas.

Em um primeiro momento, o significativo êxito que conseguem ao estabelecerem uma integração da oposição no exílio permite ao movimento estender-se em redes internacionais, sobretudo em decorrência de contatos internacionais em diversas partes do mundo, para os quais foram determinantes os vínculos já estabelecidos pelo PCP³.

Entretanto, em um segundo momento, a vinda de expressivas lideranças políticas para o Brasil, como Humberto Delgado⁴ e Fernando Queiroga⁵ (em 1959) e Henrique Galvão (em 1961, logo após o assalto ao Santa Maria⁶) teve impacto definitivo sobre a discussão acerca dos papéis da resistência no exílio no Brasil. A unidade ou unificação das tendências aspirada pelo movimento só será efetivamente possível após a ocorrência de conflitos e cisões internas em torno de dois tópicos centrais: 1) a questão colonial, e 2) o modo de atuação política a ser adotado por uma resistência no exílio.

Por ter sido o motivo central das clivagens entre os anti-salazaristas em exílio no Brasil, os posicionamentos de Henrique Galvão quanto à questão colonial serão abordados primeiramente.

³ No Rio de Janeiro, o núcleo que já se encontrava formado, estreita seu relacionamento com o *Portugal Democrático*. Outros núcleos são formados em Niterói, Porto Alegre, Fortaleza. O primeiro núcleo internacional a se constituir e a compor essa rede foi o da Venezuela. Seguiram-se os da Argentina e da França. No início de 1960, integram-se núcleos de Juiz de Fora e Belo Horizonte, no Brasil e, internacionalmente, os do Canadá (Toronto e Montreal), Inglaterra e Tchecoslováquia. Até o fim desse ano, os de Salvador (Brasil) e do Uruquai. Em 1961, os de Pelotas (Brasil) e da União Sul-Africana. Em 1962, os de Duque de Caxias e Recife (Brasil). Em 1963, Curitiba e Londrina (Brasil). Em 1964, o da Holanda. E em 1965, o da Bélgica. A partir de então, a rede se estabiliza e, aos poucos, tornar-se-á mais intensificada internacionalmente, estendendo-se à Alemanha e à Austrália, além das "colônias" portuguesas em África, perdendo-se, aos poucos, muitos dos contatos com núcleos internos ao Brasil.

⁴ Humberto Delgado, militar de carreira amplamente bem sucedida dentro do regime, muda seus posicionamentos a partir de missões que realiza em países de regime democrático, como Estados Unidos e Inglaterra. Sua campanha teve forte apoio popular, o que deixou evidente a manipulação dos resultados tanto para a população de Portugal quanto para a imprensa internacional.

⁵ Militar que, em 1946, comandou o levante conhecido como "Revolta da Mealhada".

⁶ O "Santa Maria", navio português, foi seqüestrado e desviado de sua rota pelo militar português Henrique Galvão nos primeiros dias de 1961, quando foi rebatizado de "Santa Liberdade". A ação teve repercussão internacional e serviu para denunciar o regime português.

O ano de 1961 inicia-se, para a luta anti-salazarista, com a notícia do seqüestro do paquete "Santa Maria", rebatizado de "Santa Liberdade". O capitão Henrique Galvão comandou as operações cujas finalidades não estão ainda completamente esclarecidas. Alguns depoimentos afirmam que sua intenção era justamente a de tomar o navio e levá-lo até o Brasil, provocando uma exposição mundial e denunciando o regime português (Raby, 1995). Se essa foi a sua real intenção, podemos afirmar que foi extremamente bem sucedido.

Mas Henrique Galvão teve o navio que comandava interceptado por forças norte-americanas quando dirigia-se à África. Após a negociação da rendição, o capitão esperou a posse do recém-eleito Presidente do Brasil, Jânio Quadros, em Brasília - que havia se comprometido, anteriormente, a acolhê-los, caso fosse necessário⁷.

Após a posse de Jânio, Galvão negociou sua rendição, aportou em Recife e libertou os tripulantes. Durante a viagem, muitos militantes anti-salazaristas agregaram-se ao grupo - entre os quais Humberto Delgado - e vários desses afirmam, em depoimentos concedidos a outros pesquisadores, que a intenção inicial de Galvão era a de se dirigir até Angola, conquistar o apoio dos revoltosos com o governo português e proclamar a independência desse país (Raby, 1995).

De acordo com os posicionamentos posteriores de Galvão, podemos afirmar que seu projeto para a África era a da constituição de Repúblicas nacionais independentes, de minorias brancas que promovessem o desenvolvimento do país, numa espécie de *apartheid* - nos moldes que se constituíra na África do Sul e na Rodésia, ex-colônias britânicas⁸. Mas essas posições de Galvão só ficariam esclarecidas em ocasiões posteriores. Nesse momento, a notícia do assalto ao "Santa Maria" provocou enorme entusiasmo, mas a chegada de Galvão ao Brasil implicaria em cisões na unidade antifascista.

Acolhido no Brasil, Galvão irá se aproximar de Humberto Delgado, mas, posteriormente, por suas notórias posições anticomunistas - e com o início dos conflitos coloniais em Angola -, distancia-se do posicionamento desses núcleos anti-salazaristas, fundando então a Frente Anti-Totalitária dos Portugueses Livres no Exílio.

No dia 5 de março de 1961 realizou-se em São Paulo uma reunião entre os anti-salazaristas, incluindo membros do *Portugal Democrático*, do jornal *Portugal Livre*, Henrique Galvão - que compareceu apenas por alguns minutos - e diversos representantes de outras regiões do Brasil, além de um delegado dos partidos africanos,

⁷ *Portugal Democrático*, número 45, fevereiro de 1961, pág. 1 e centrais

⁸ Esses e outros posicionamentos de Galvão com relação à questão colonial serão melhor explicitados a seguir.

deslocado especialmente para essa reunião. Tratava-se de uma tentativa de salvaguardar a unidade entre os núcleos de anti-salazaristas reunidos no Brasil e retirar o apoio aos conflitos recém iniciados em África. A pauta de trabalho, coordenada por Manuel Sertório, fixou-se nos seguintes pontos: "1 - apreciação do problema de uma maior penetração democrática na colônia portuguesa do Brasil; 2 - apreciação do problema da interligação dos vários núcleos políticos de emigrados e destes com a frente interna" (*Portugal Democrático*, n.47, abr. 1961, p.8).

Essa foi a primeira de uma série de reuniões que gerariam a idéia da constituição de uma frente internacional, como a FPLN⁹. Em contrapartida, o apoio retirado nessa reunião, favorável à autonomia das então "colônias portuguesas em África", não mais tornaria possível uma unidade de todos os anti-salazaristas em exílio no Brasil.

A partir desses conflitos, a palavra "unidade" – constantemente referida nas páginas do jornal – teria de ser ainda mais substantivada. Nesse sentido, a unidade passava a representar não apenas uma luta comum contra um regime, mas também contra sua política e fundamentos coloniais, isto é, a favor dos movimentos africanos de libertação nacional e pela destruição de todo o aparato estatal do Império. Passaria, ainda no fim desse ano, a se autodenominar "Unidade Democrática Portuguesa".

As principais intervenções publicadas no jornal a respeito da questão colonial e as suas conseqüências para a unidade devem-se a Adolfo Casais Monteiro. Em julho de 1961 seria publicado o seu artigo, "As Soluções do Capitão Henrique Galvão para o Problema Colonial", no qual expunha e combatia as teses de Galvão. Para Galvão, uma postura responsável de anticolonialista seria a de tomar em mãos a condução do processo, com vistas à promoção desses povos a sua "maioridade política", numa atitude marcadamente paternalista. Casais Monteiro, além de rebater que os critérios de "maioridade" e "minoridade" política eram etnocêntricos (perguntava-se ainda sobre os motivos que delegariam a Portugal, um país com regime não democrático, o estatuto de "maioridade política"), argumentava que o direito à liberdade dos povos era inalienável e independia da aceitação ou não de Portugal, pois nascia de uma vontade dos africanos que, além do mais, não reconheceriam esta arena de negociação ou ordem de argumentos, uma vez que Portugal, mesmo duran-

⁹ A criação da FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional) foi proposta na "Conferência Internacional dos antifascistas portugueses", no ano de 1962, em Paris. A idéia partiu dos exilados anti-salazaristas do Brasil e visava convergir, num canal de ligação, os movimentos de resistência internos a Portugal com os demais núcleos espalhados pelo mundo. Em dezembro desse mesmo ano, realizava-se sua primeira reunião clandestina, em Roma. A FPLN instalou-se na Argélia, tendo sido a principal responsável, a partir de então, pela criação das 'rádios livres'.

te o período republicano, jamais proveu esses povos dos supostos instrumentos indicados por Galvão como sendo os de aquisição de "maioridade política".

Outras clivagens internas ao núcleo foram geradas a partir do modo de atuação política de Humberto Delgado. A atuação dos anti-salazaristas no Brasil, a definição do seu papel no interior das lutas de resistência ao regime, além da maneira de se pensar a prática política, as estratégias de ação e os alcances e limites da transformação social, geraram constantes debates e cisões, no interior do movimento, particularmente no âmbito da sociedade brasileira do início da década de 1960. Os primeiros sinais dessas dissidências surgem à chegada de Humberto Delgado ao Brasil¹⁰, e são relativas aos critérios da prática política mais adequados a uma resistência no exílio.

Humberto Delgado aporta no Brasil em 1959 e reúne em torno de si um grupo de partidários. O *Portugal Democrático* o apoiará como liderança política durante toda sua permanência neste país, de 1959 a fins de 1963. No entanto, este será um apoio repleto de conflitos.

Em primeiro lugar, o espírito de liderança de Humberto Delgado, exacerbado por um certo individualismo¹¹ nas ações, é considerado pelo setor da oposição reunido em torno do Centro Republicano Português como um comportamento político que, além de "autoritário", expunha excessivamente os anti-fascistas a riscos de repressão¹². Humberto Delgado tinha, ainda, a intenção de formar milícias com vistas a uma ação contra o regime a partir do exílio, mas ficou decepcionado por não encontrar partidários para essa iniciativa entre a maioria dos anti-salazaristas¹³. Mesmo assim, Delgado chegou a treinar milícias em fazendas próximas à região de Campinas, interior de São Paulo (Raby, 1995).

O *Portugal Democrático* parecia estar certo quanto às exposições excessivas decorrentes daquelas iniciativas. O Departamento de Ordem Política e Social (Deops), de fato, passou a acompanhar de perto os passos de Humberto Delgado no Brasil, com relatórios regulares sobre suas atividades, principalmente após o início dos treinamentos¹⁴. Do mesmo modo, Delgado possibilitou a aproximação de suspeitos agentes secretos da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), como Rodrigo de Abreu (Raby, 1995), que chegou até mesmo a publicar um artigo no *Portugal Democrático*, em setembro de 1960. Quando Humberto Delgado, um tanto contrariado, decide deixar o Brasil em dezembro de 1963 para integrar-se à FPLN, tem ainda o apoio do *Portugal Democrático*.

¹⁰ Humberto Delgado chega ao Brasil em 21 de abril de 1959.

¹¹ Depoimentos de Fernando Lemos, Dulce Ramos e Alexandre Pereira.

Este apoio, contudo, será retirado em ocasião posterior. Humberto Delgado conseguirá criar, a partir da "II Conferência da FPLN" realizada em janeiro de 1964, a Junta Revolucionária Portuguesa, que visava o derrubamento da ditadura fascista e a subida ao poder de um governo provisório. A FPLN e o Portugal Democrático apoiarão Delgado até o início de 1965 quando este, um tanto irritado com o adiamento das ações e por seu "individualismo exacerbado"¹⁵, de acordo com as acusações do jornal, resolve abandonar a FPLN. Dias depois, ao tentar ultrapassar a fronteira portuguesa, é assassinado por agentes da PIDE. Imediatamente, o regime português tentará atribuir o assassinato às recentes desavenças internas da oposição.

Vemos que as críticas a Humberto Delgado voltavam-se para seu personalismo nas ações. Muito embora tenha titubeado, inicialmente, quanto ao seu apoio aos Movimentos de Libertação Nacional, tomou logo em seguida partido favorável à autodeterminação desses povos - posição que não mais abandonará até o fim de sua vida. Do mesmo modo, também não expressou sentimentos anticomunistas. Por esses motivos, apesar dos conflitos acima assinalados, o *Portugal Democrático* não deixará de apoiá-lo, em sua passagem pelo Brasil - sem contudo atuar conjuntamente nas tarefas de milícias - e, posteriormente, enquanto fez parte da FPLN, retirando seu apoio ao "general" apenas no momento em que este abandona a FPLN para tentar uma ação individual, que não dará certo.

A formação de milícias para a tomada do poder será a intenção de outras lideranças históricas como Henrique Galvão, Humberto Delgado e Fernando Queiroga que, a partir de 1959, chegam à América Latina e aspiram a tomada do poder através de um golpe - de inspiração nitidamente individualista e, num primeiro momento, "guevarista" - para, em seguida, conclamar o apoio da população. Para tal, aliam-se aos exilados espanhóis da Venezuela, e dessa fusão surgirá o Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL -), organização sem princípios ideológicos definidos, mas que visava uma ação imediata e urgente para pôr fim aos regimes autoritários em Espanha e Portugal (Raby, 1995). Tal ação tem, ainda, forte inspiração nos aconteci-

¹² Depoimentos de Alexandre Antunes Pereira, Fernando Lemos, Miguel Urbano Rodrigues e Dulce Ramos.

¹³ Segundo depoimento de Fernando Lemos, mas também em RABY, Dawn Linda. (1995)

¹⁴ Ref. Arquivo Deops (41-E-5-1)

¹⁵ *Portugal Democrático*, número 90, janeiro de 1965, pág. 1. O Editorial dessa edição lamenta a saída de Humberto Delgado da FPLN, por ocasião do seu 3o congresso mas defende, contudo, a postura de unidade, contrária à posição "anti-unitária e personalista do general".

mentos da Revolução Cubana que, por essa ocasião, ainda não tinha definido a sua orientação para o comunismo¹⁶. A ação mais importante levada a cabo pelo DRIL foi o seqüestro do Santa Maria, antes relatado.

O *Portugal Democrático* distancia-se desse modo de atuação política, que qualifica de "aventurismo", propugnando, em contrapartida, a preparação de uma insurreição popular. Por conseguinte, atribui um papel diferenciado à resistência no exílio, em que as ações internas a Portugal são prioritárias e a resistência no exílio deve oferecer apoio externo a essas ações.

Um primeiro passo para a unificação das tendências será possível após a proclamação da "Carta de Princípios" da então recém-criada Unidade Democrática Portuguesa, ao final do ano de 1961, embora as tensões internas continuassem existindo até o golpe militar no Brasil em 1964. A "Carta de Princípios" resumizava os pressupostos dos anti-salazaristas reunidos em torno do *Portugal Democrático*:

1) serão as ações unitárias de todas as forças políticas que poderão levar à vitória a luta que o Povo Português trava pela Democracia; 2) que a direção da luta das forças democráticas portuguesas reside em Portugal, onde também se encontra o principal campo de ação de luta contra a ditadura fascista de Salazar; 3) que a atividade dos oposicionistas no exterior se funda na importância e na necessidade de desmascarar internacionalmente a ditadura e de coordenar o apoio político e financeiro para as lutas internas; 4) que é seu objetivo ajudar a reforçar e a alargar a unidade de todos os anti-salazaristas, tanto em Portugal como no estrangeiro, sem discriminações políticas e partidárias de qualquer espécie, verberando formal e publicamente quaisquer ações de caráter discriminatório e divisionista; 5) que reconhecem o direito à auto-determinação e independência dos Povos Coloniais e em consequência apóiam sem restrições e inequivocamente a luta dos Povos das Colônias Portuguesas pela sua libertação, considerando a mesma um forte aliado da luta do Povo Português contra a ditadura fascista de Salazar. São Paulo, 22 de outubro de 1961. ad¹⁷.

Em sua última fase, após o golpe militar no Brasil em 1964, o *Portugal Democrático* não mais poderá contar com o apoio de setores da sociedade civil brasileira, tendo de enfatizar cada vez mais sua inserção e atuação para o âmbito internacional, procurando explorar, sobretudo, a questão colonial. Intensificará o seu apoio aos Movimentos de Libertação Nacional em África. Sob extrema

¹⁶O que justifica, pois, a presença no DRIL de Henrique Galvão, um notório anticomunista.

vigilância, conseguiu sustentar um movimento anti-salazarista no exílio brasileiro, centralizando informações e signos da contestação e de denúncia do regime que circulavam em redes internacionais. A denúncia dos crimes de guerra na forma de elaborados dossiês encaminhados às Assembléias das Organizações das Nações Unidas e o questionamento do espaço colonial português foram as notas dominantes dos últimos anos da resistência no exílio brasileiro.

Os militantes do *Portugal Democrático*, muitos deles intelectuais que deram uma notória colaboração à cultura brasileira, em diferentes campos: literatura, artes, ciências, matemática, em universidades e na imprensa, entre outros, produziram no Brasil a cultura portuguesa e a atividade militante que se viram impedidos de realizar em seu país, sob os signos da diferença e da contestação ao fascismo. Pensaram, no exílio, um outro país e outros ideais e utopias de realização humana.

O agente dessa resistência é pertinaz – são homens e mulheres de tarefas que procuram agir e tomar decisões de maneira coletiva e debatida. O principal valor moral ou virtude ética é, pois, a ação unitária. Desse modo, o individualismo nas ações, em nome ou não de lideranças históricas, é condenado como ação antiética ou, em outros termos, "aventurismos", que põem em risco a continuidade do trabalho de resistência de muitos. Os meios da ação são, portanto, coletivos; muito embora as tarefas sejam específicas, visam, contudo, a uma finalidade comum. Essa interpretação implica em afirmarmos que tais homens e mulheres de tarefas têm como valor comum a disciplina coletiva, o que implica em abrir mão de certas idéias ou planos de ação em nome de convicções, socialmente estabelecidas. Tal sentido de uma ética nas práticas políticas – e da pessoa humana, justificam e avaliam, criticamente, todas as ações – ou utopias – da tarefa de resistir.

Referências bibliográficas

- FELDMAN-BIANCO, Bela & CAPINHA, Graça. (orgs.) *Identidades: estudos de cultura e poder*, São Paulo: Editora Hucitec, 2000.
- PAULO, Heloísa. "Os 'Insubmissos da Colônia': a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil, 1928-1945" in *Penélope*, Lisboa: Cosmos, n. 16, p.9-24, 1995.
- RABY, Dawn Linda. *A Resistência Antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Lisboa: Salamandra, 1988.

¹⁷ Assinaram: Adolfo Casais Monteiro; Augusto Aragão; Jorge de Sena; Carlos Cruz, Ricca Gonçalves, João Manuel Tito de Moraes; Fernando Lemos; João Sarmento Pimentel; Joaquim Duarte Baptista; Francisco Sarmento Pimentel e Manuel Alfredo Tito de Moraes.

_____. "O DRIL (1956-1961). Experiência única de oposição ao Estado Novo" in *Penélope*, Lisboa: Cosmos, p. 63-86, 1995.

SILVA, Douglas Mansur da. *A Ética da Resistência: os exilados anti-salazaristas do "Portugal Democrático" (1956-1975)*, dissertação de mestrado em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Unicamp, 2000.

Jornal *Portugal Democrático*, 205 números, jun. 1956 a abr. 1975

Resumo

A formação e o modo de atuação política do núcleo de imigrantes e exilados portugueses que, em diferentes momentos, constituíram o *Portugal Democrático* (jornal anti-salazarista publicado a partir de São Paulo entre 1956 e 1975), será contextualizada através das seguintes fases: 1) integração: sobre os motivos da partida de Portugal e a inserção inicial na sociedade brasileira; 2) novas levas: a chegada de novas e expressivas lideranças políticas e intelectuais que ajudam a compor uma rede internacional de trocas entre os anti-salazaristas; 3) unificação das tendências: as cisões e "unidades" entre os anti-salazaristas em torno da questão colonial e da práxis política; 4) 1964, alteração do contexto político: a organização do jornal após o golpe militar brasileiro.

Palavras-chaves: imigração, exílio, portugueses - atividades políticas, identidades.

Abstract

The making and the way of political performance of the immigrants' nucleus and Portuguese exiles that, in different moments, they constituted *Portugal Democrático* (an antisalazarist newspaper published from São Paulo between 1956 and 1975), it will be contextualized through the following phases: 1) integration: about the reasons of the departure of Portugal and the initial insert in the Brazilian society; 2) new groups: the arrival of new and expressive political and intellectual leaderships that composed an international net of changes among the antisalazaristas; 3) unification of the tendencies: the scissions and "units" among the antisalazaristas around the colonial subject and of the political praxis; 4) 1964, alteration of the political context: the organization of the newspaper after the Brazilian military coup.

Key-words: immigration, exile, portuguese - political performances, identities.